



34ª Reunião Ordinária

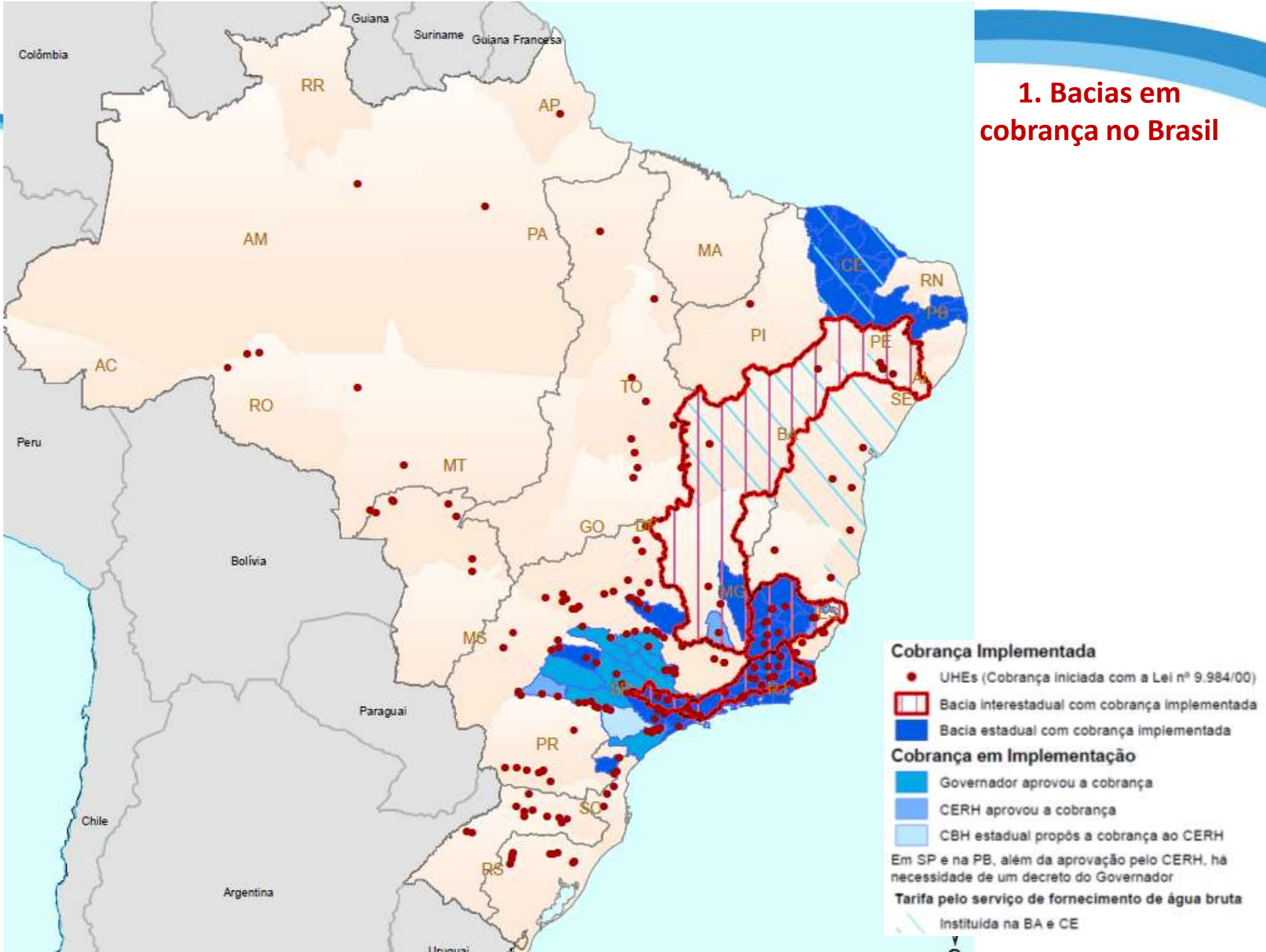
Brasília 23 de setembro de 2015



Sumário

1. Bacias em cobrança no Brasil
2. Preços, arrecadação e pagadores
3. Desembolso e aplicação dos recursos
4. Receita x Despesas
5. Sustentabilidade Financeira
6. Desafios
7. Sugestões

1. Bacias em cobrança no Brasil



2. Preços, arrecadação e pagadores

Preços unitários (PPUs) cobrados pelo uso da água (domínio União):



Tipo Uso	Preços (PPU)	desde 2015	2015	2016	desde 2010	desde 2015
Captação de água bruta	PPU _{cap}	0,0109	0,0118	0,0127	0,01	0,03
	(em R\$/m ³)					
Consumo de água bruta	PPU _{cons}	0,0218	0,0235	0,0255	0,02	-
Lançamento de carga orgânica (DBO)	PPU _{lanç}	0,0763	0,1175	0,01274	0,07	0,16
	(em R\$/Kg)					
Transposição de água	PPU _{transp}	-	0,0176	0,0191	-	0,04
	(em R\$/m ³)					

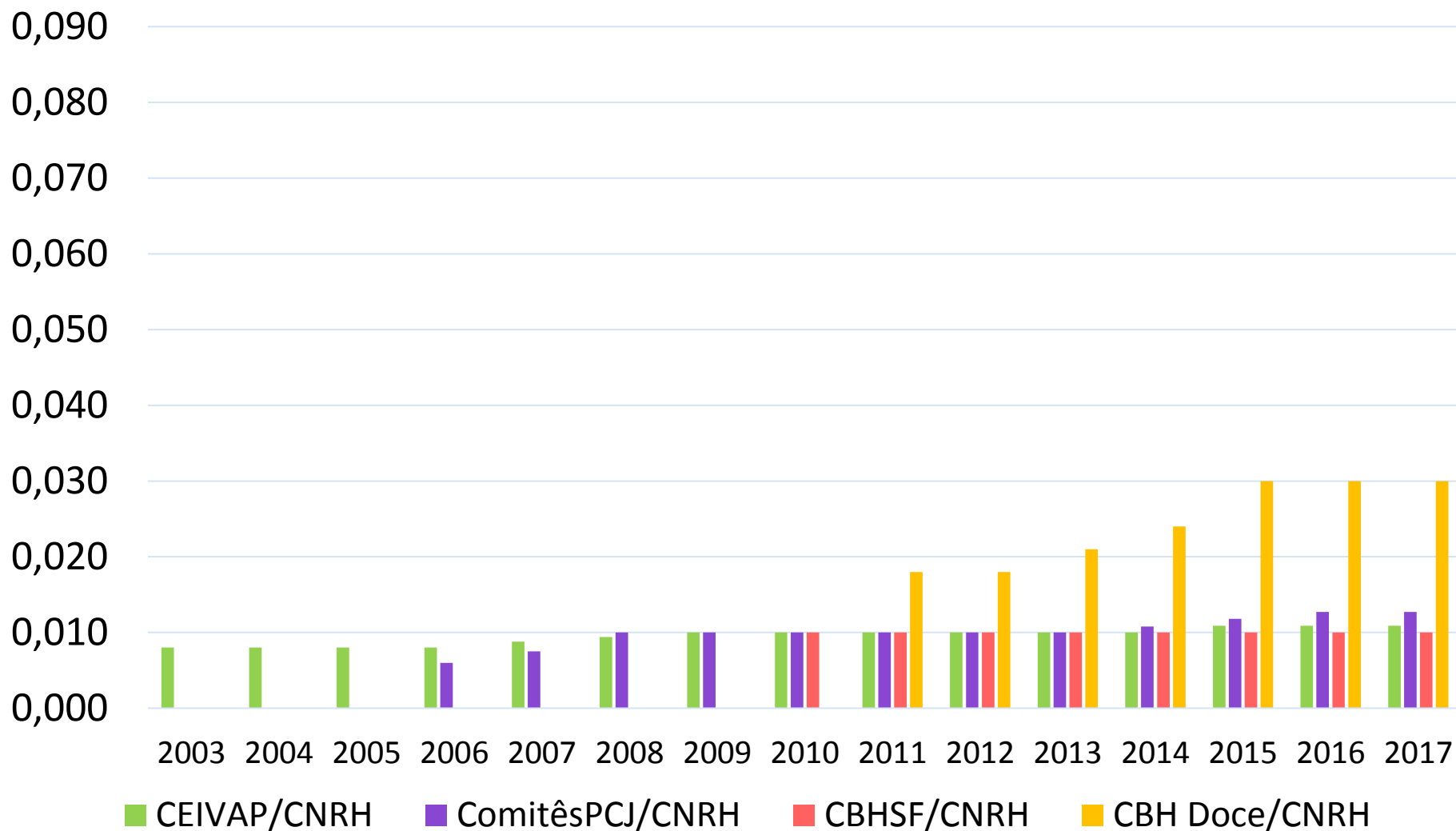
Setor agropecuário:

- no PCJ e PBS, paga de 2 a 20 vezes menos que os demais usuários.
- no São Francisco e no Doce, paga 40 vezes menos que os demais usuários.

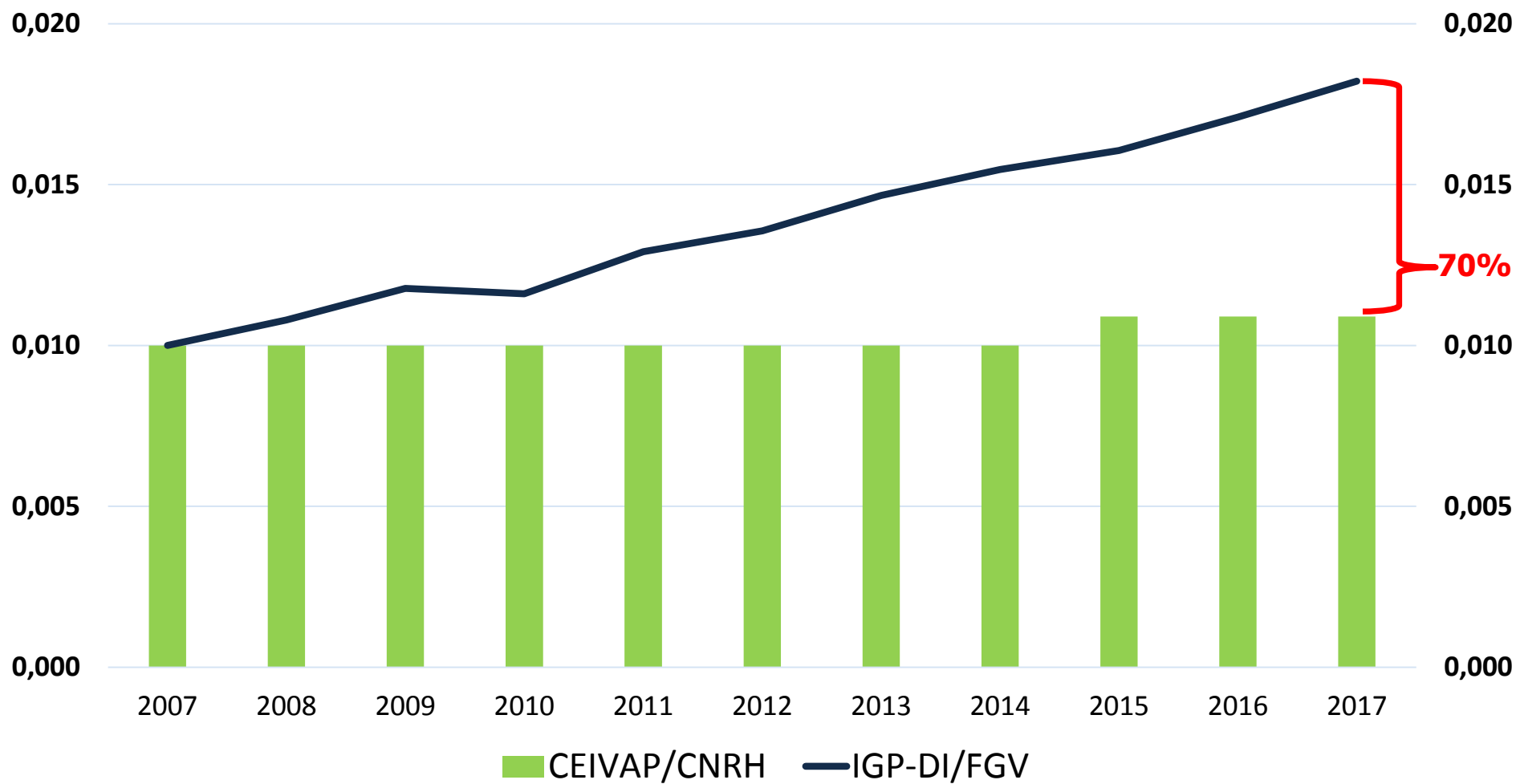
Debates intensos e extensos para ficar em 0,01



Evolução do Preço Público Unitário para Captação, em R\$/m³

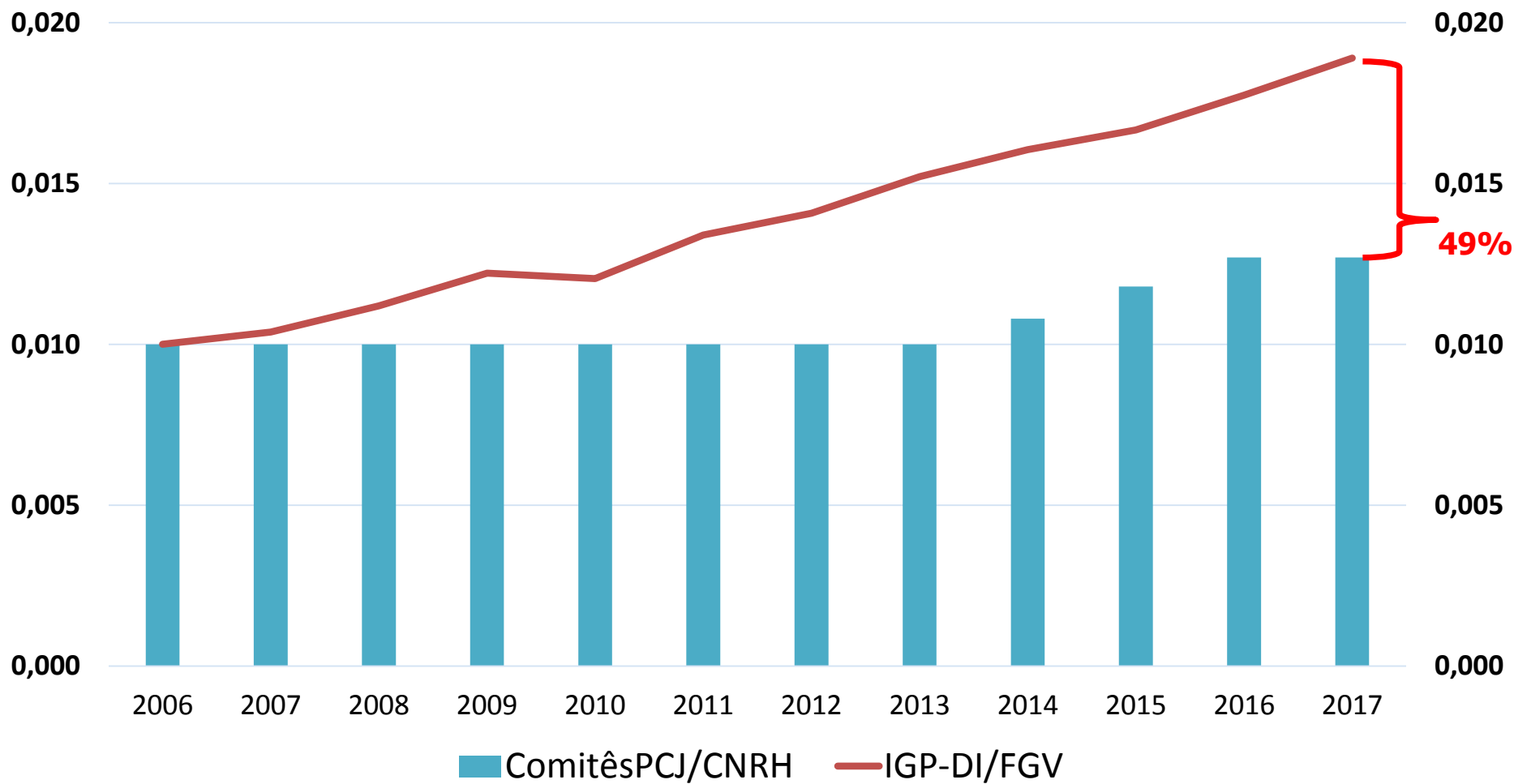


PPU x IGP-DI (Paraíba do Sul)



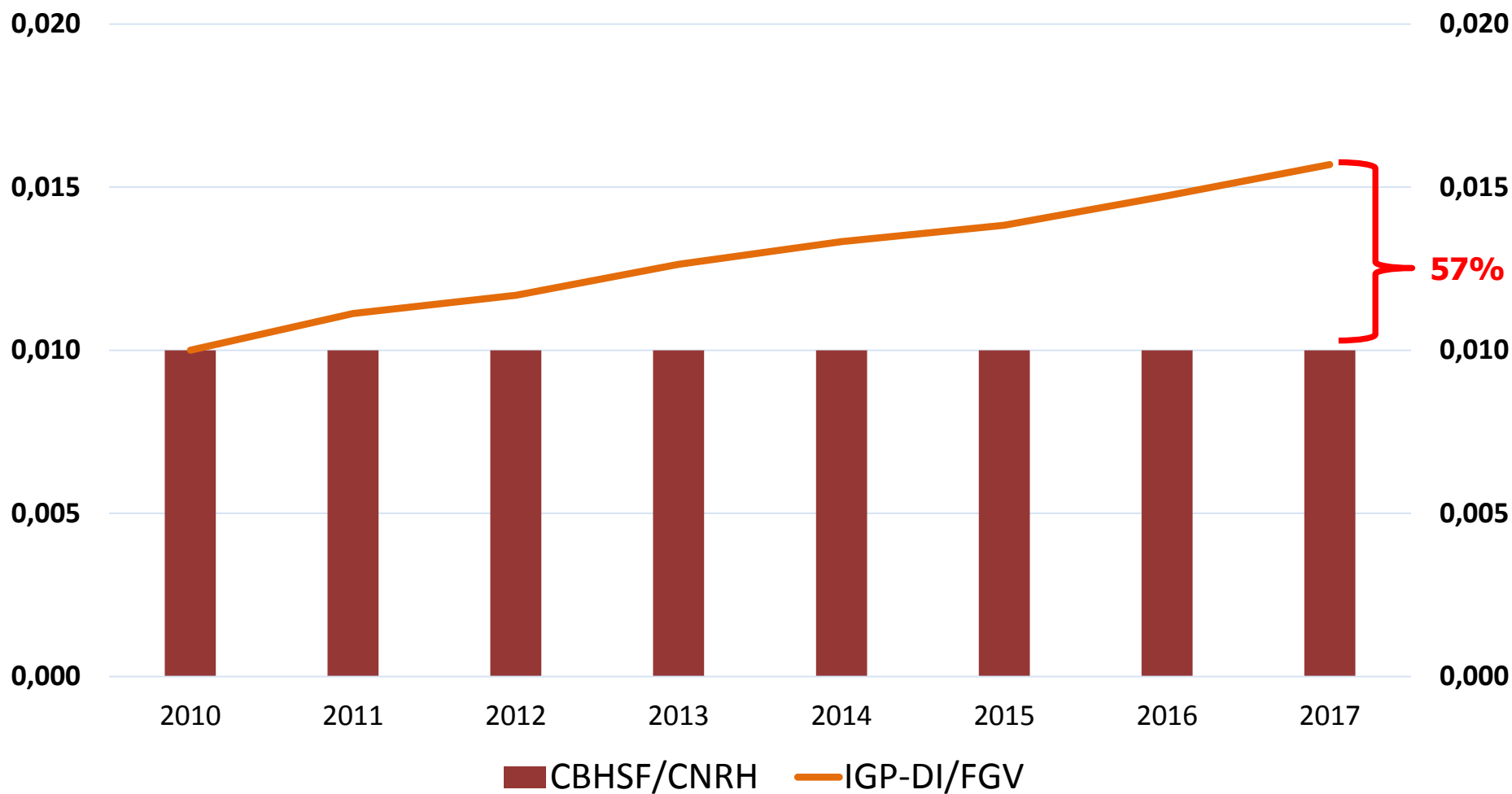
Índice inflação para 2015, 2016 e 2017 estimado com base no teto da meta brasileira 6,5% aa

PUB x IGP-DI (PCJ)



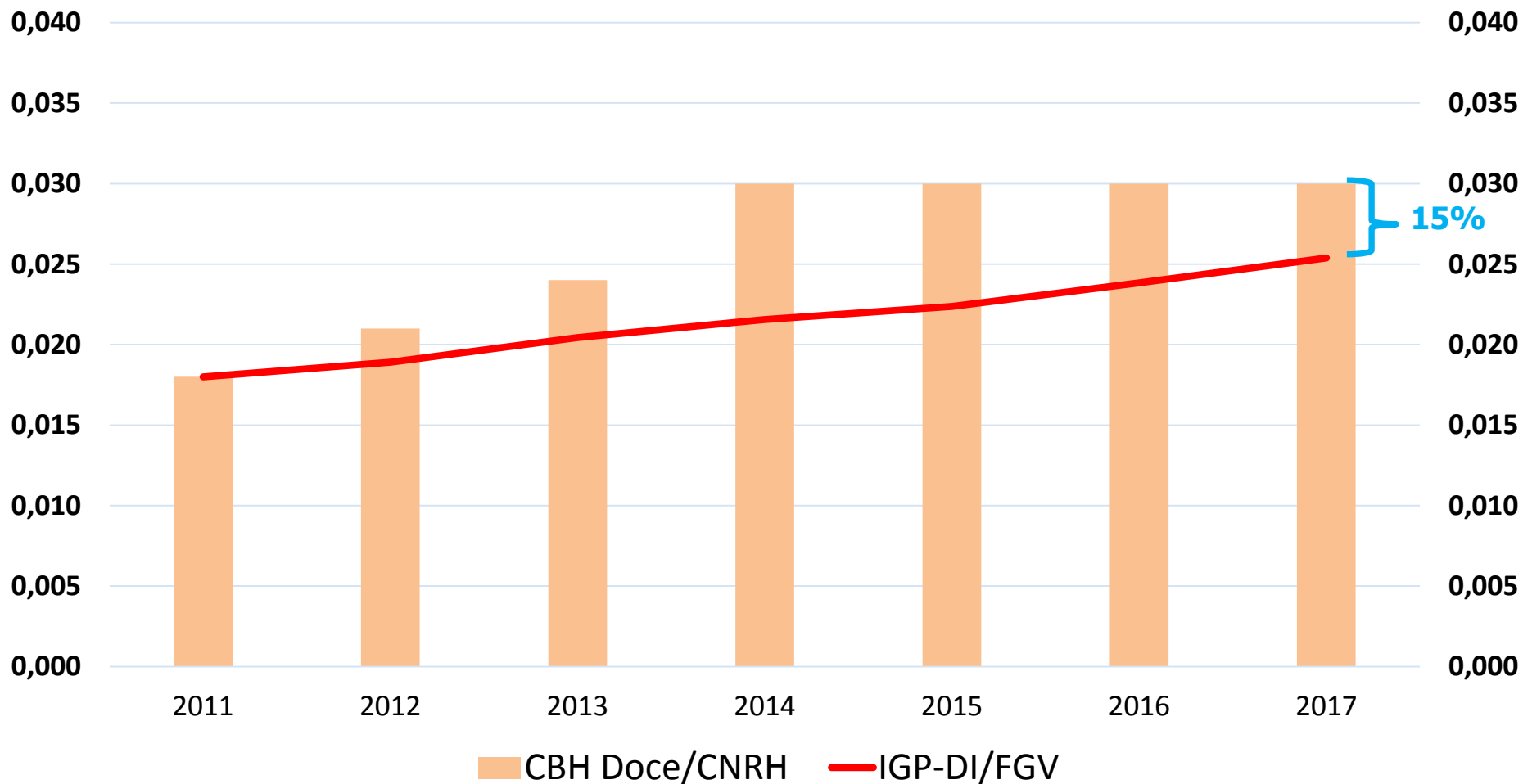
Índice inflação para 2015, 2016 e 2017 estimado com base no teto da meta brasileira 6,5% aa

PPU x IGP-DI (São Francisco)



Índice inflação para 2015, 2016 e 2017 estimado com base no teto da meta brasileira 6,5% aa

PPU x IGP-DI (Doce)

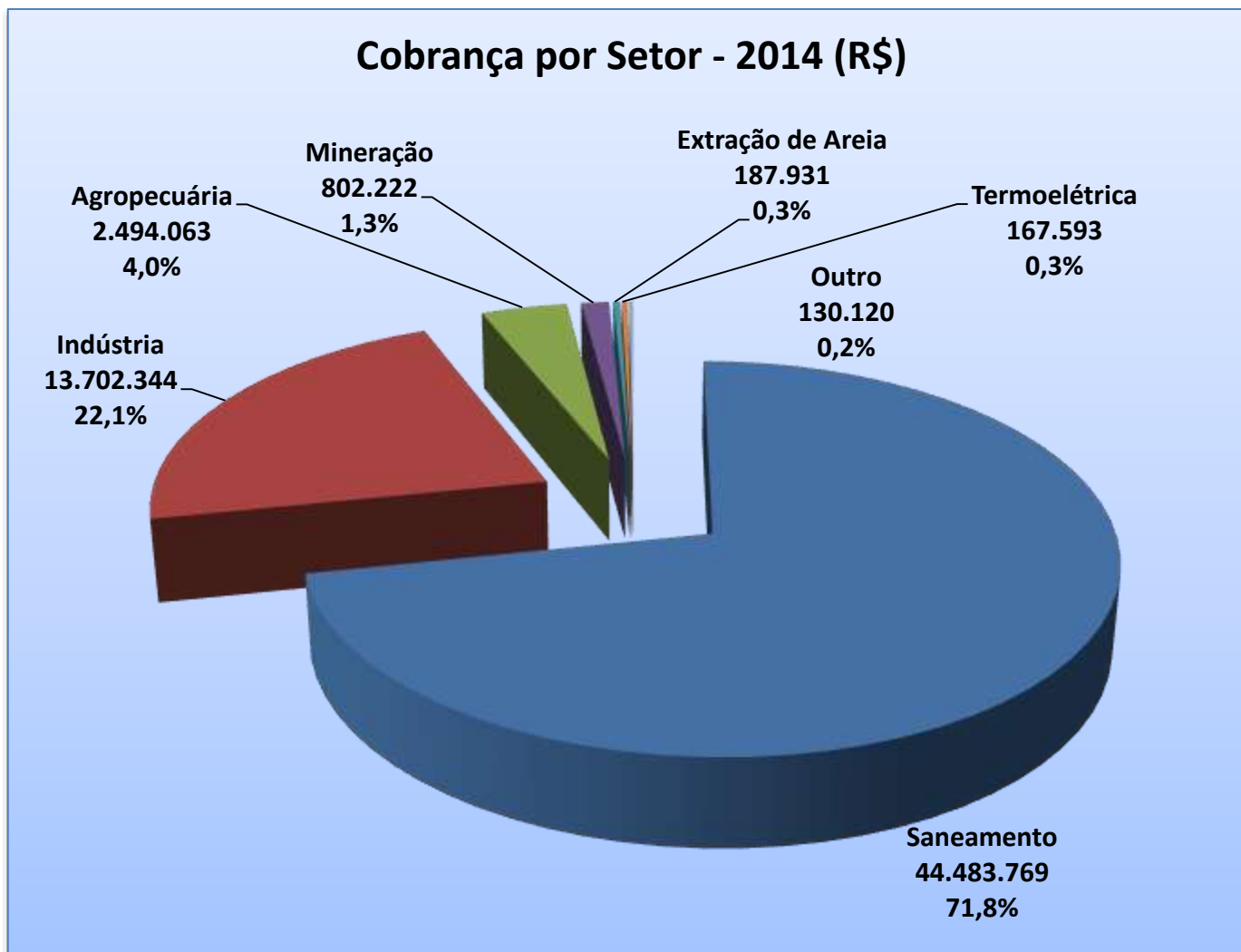


Índice inflação para 2015, 2016 e 2017 estimado com base no teto da meta brasileira 6,5% aa

2. Preços, arrecadação e pagadores

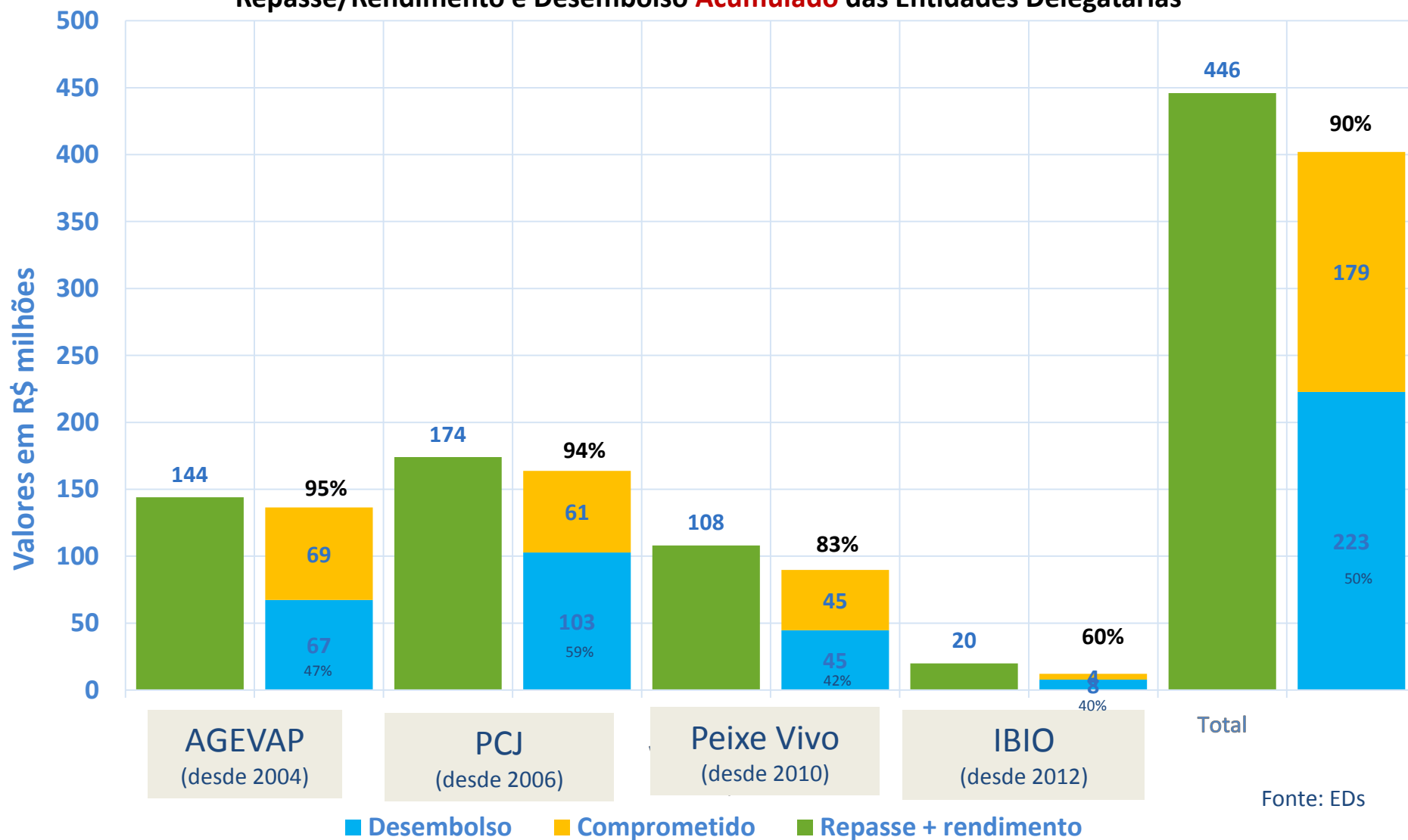
	Domínio	Início	2014		TOTAL	
			Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado
Paraíba do Sul (CEIVAP)	União	mar/03	11.647.219	11.585.394	122.578.766	119.787.544
Paraíba do Sul (Transposição PBS/Guandu) ¹	União	jan/07		1.243.162	-	14.164.943
Piracicaba, Capivari, Jundiaí (Comitês PCJ)	União	jan/06	18.011.553	17.130.429	146.521.483	144.113.297
São Francisco (CBHSF)	União	jul/10	22.492.214	23.068.788	99.614.581	94.542.627
Doce (CBH-Doce) ²	União	nov/11	9.817.054	9.751.065	28.564.620	19.694.821
TOTAL INTERESTADUAL			61.968.040	62.778.839	397.279.449	392.303.232

2. Preços, arrecadação e pagadores



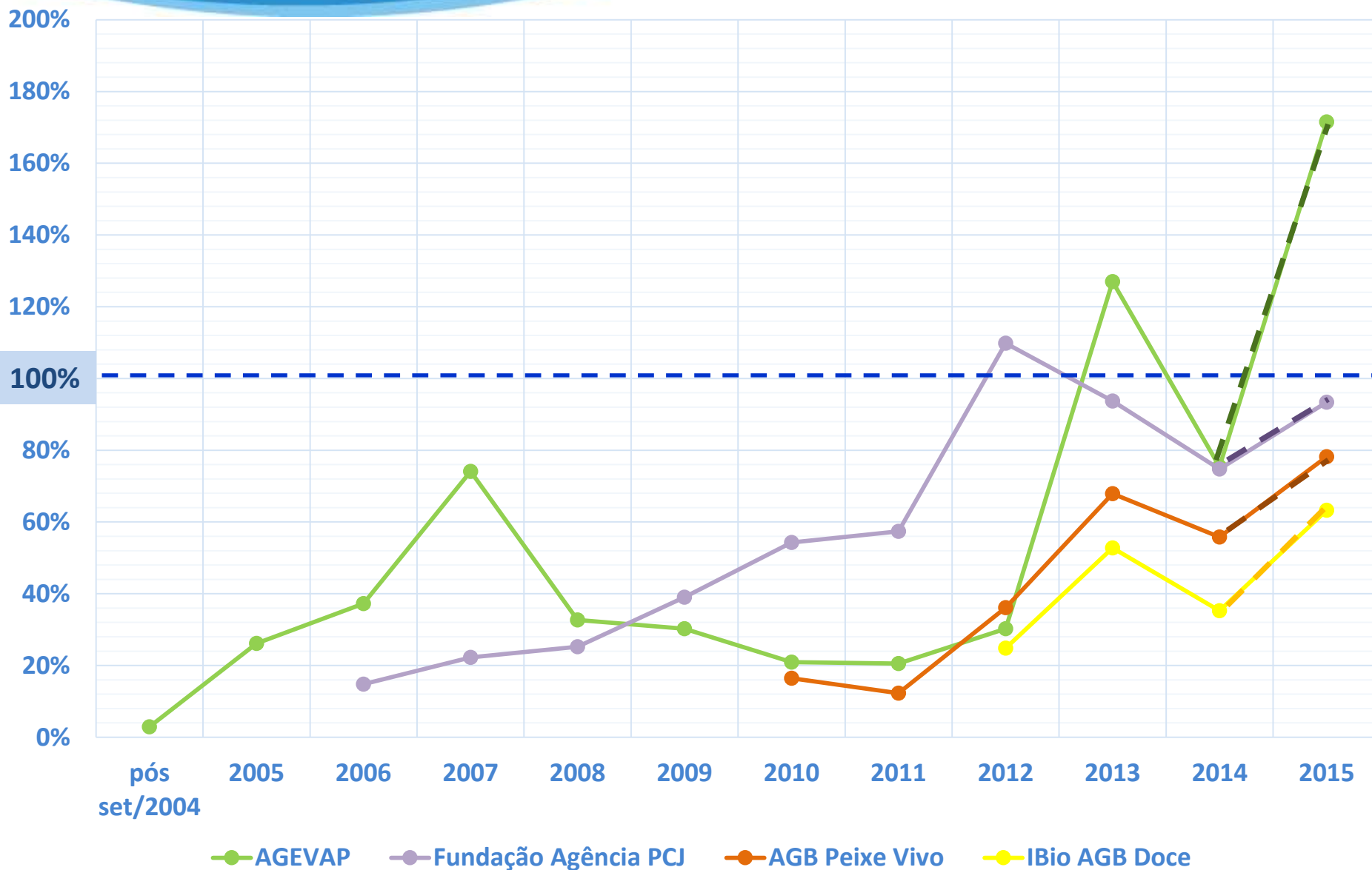
4. Desembolso e aplicação dos recursos Acumulado

Repasse/Rendimento e Desembolso **Acumulado** das Entidades Delegatárias



4. Desembolso e aplicação dos recursos

Desembolso Anual

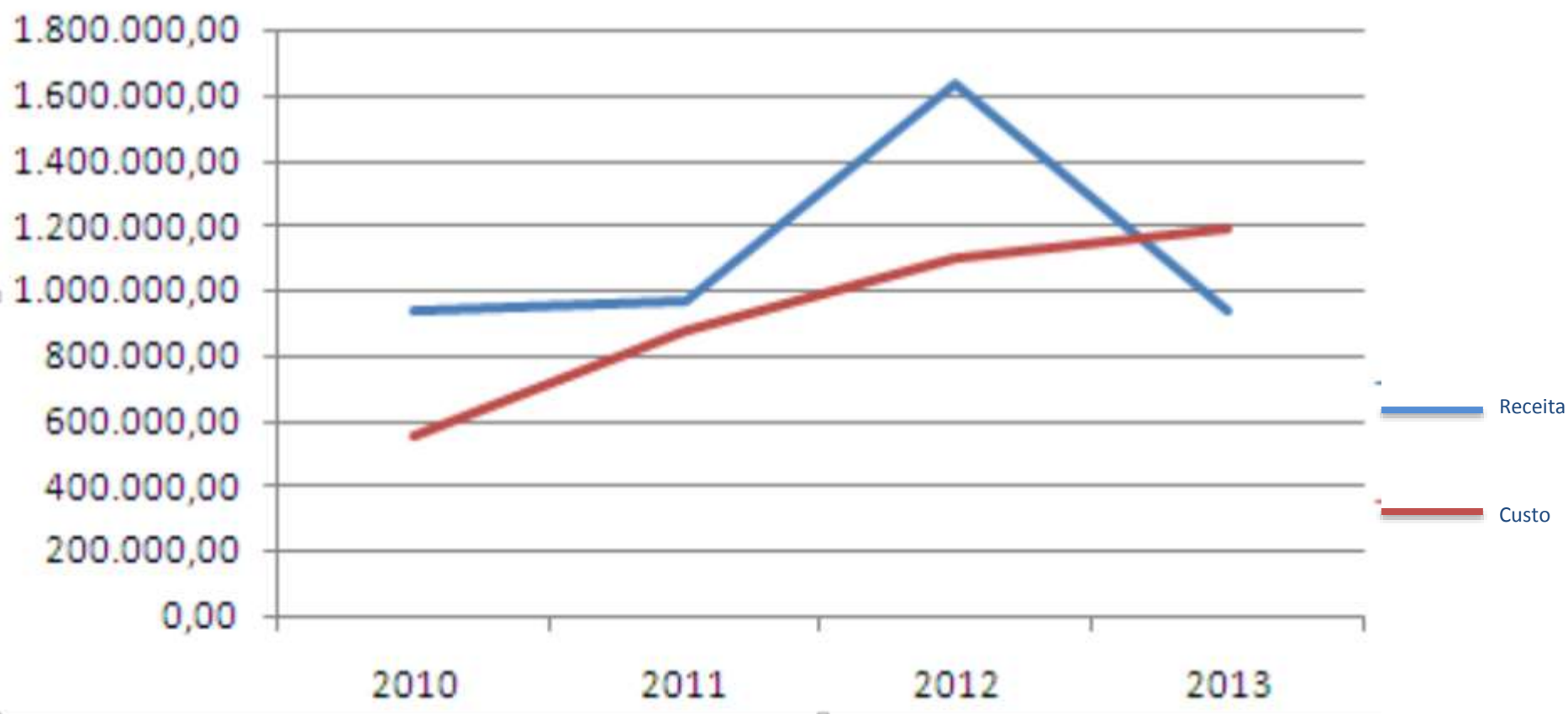


Aplicação dos valores arrecadados

- ✓ Conquista do SINGREH;
- ✓ Realizada pelas agências de água;
- ✓ Orientações (descentralizadas e participativas) dos CBHs;
- ✓ Metas de desembolso pactuadas entre ANA, EDs, CBHs;
- ✓ Metas alcançadas, e sendo superadas (melhor planejamento = melhor desembolso);
- ✓ Tem evoluído ao longo dos anos;
- ✓ Nova geração de contratos de gestão.

4. Receita x Despesas

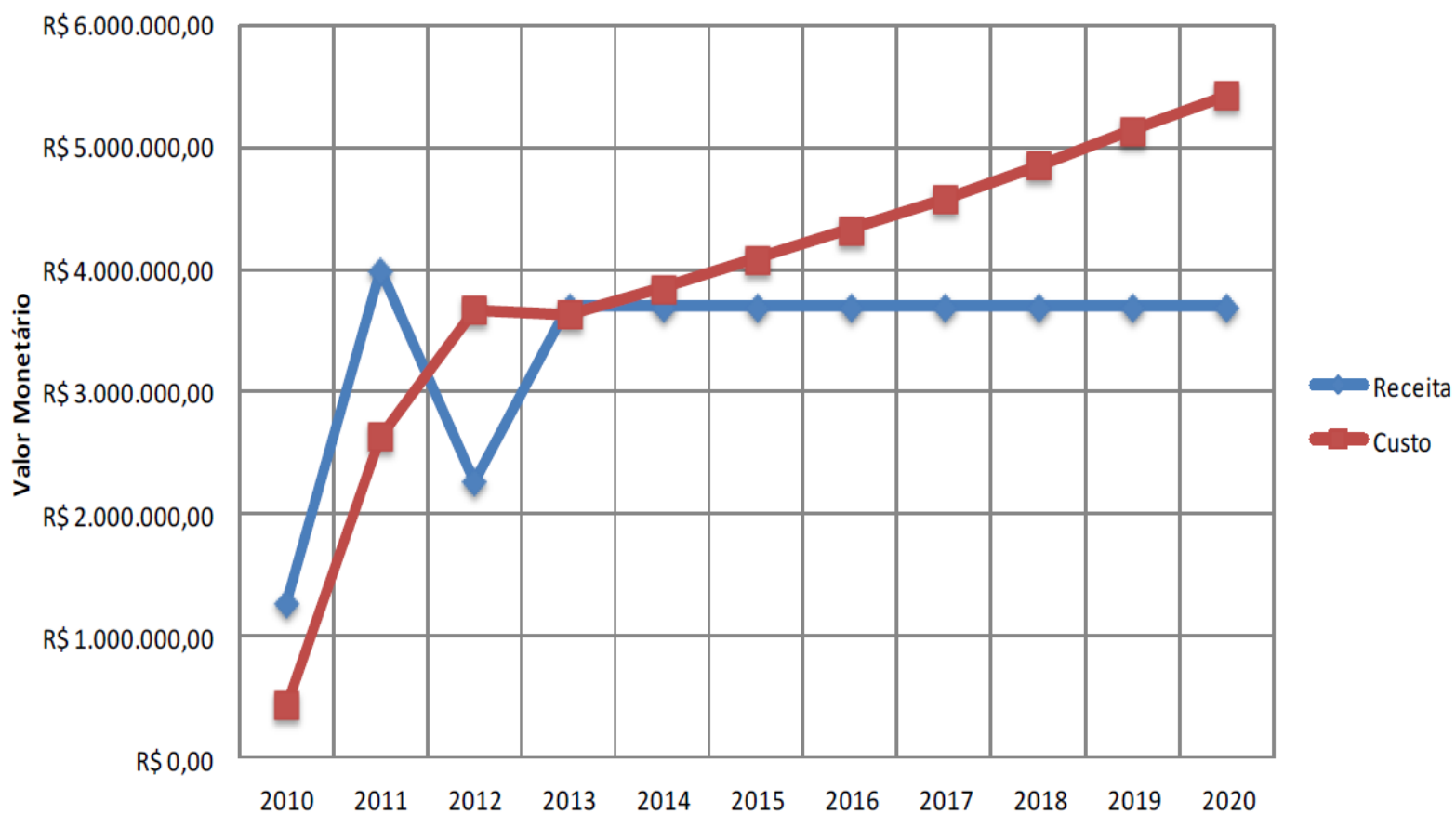
Comparativo entre a Receita e a Despesa com Custeio





4. Receita x Despesas

AGB Peixe Vivo - Receita x Custo

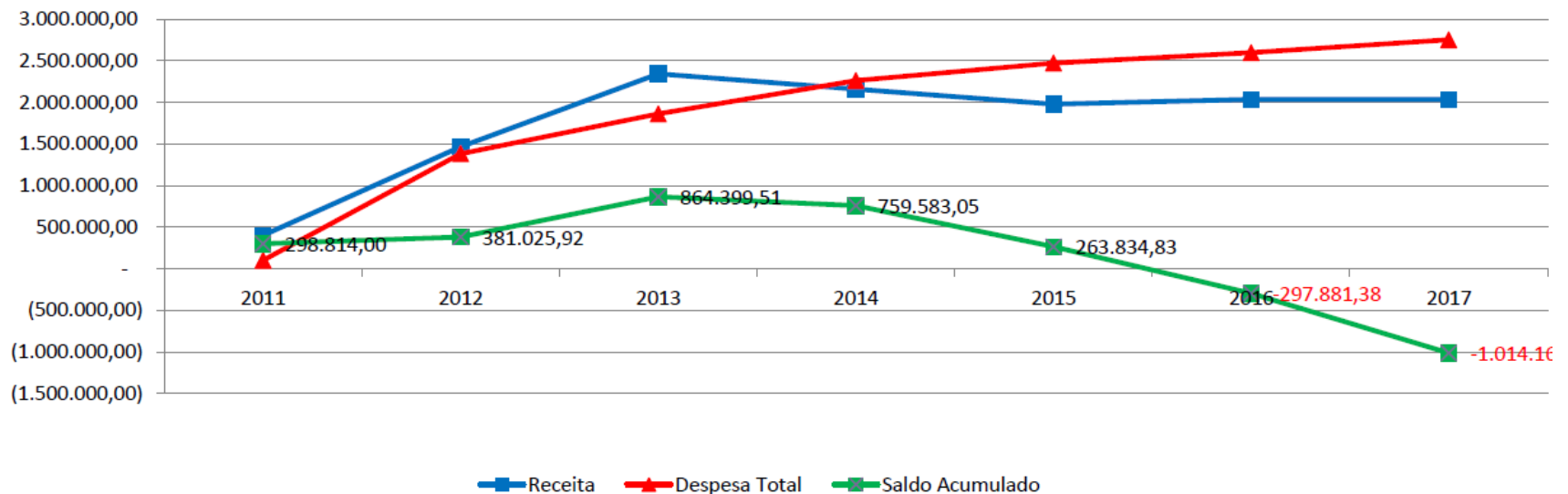


4. Receita x Despesas

Previsão até 2017
Receita x Despesa

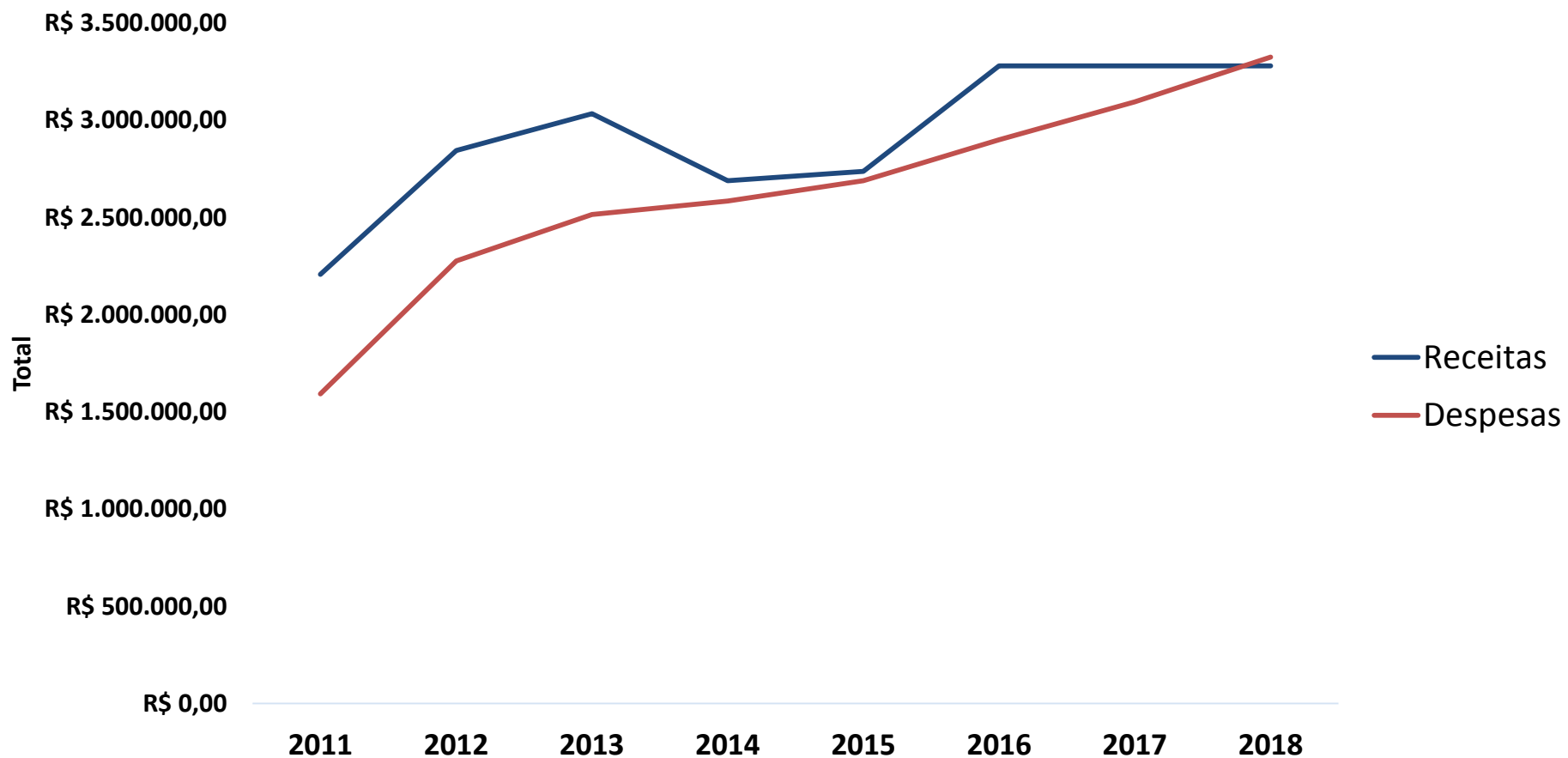
IBiO AGB Doce

Balanço ANA/IGAM





Receitas x Despesas



5. Sustentabilidade Financeira

- A lei 9433/97 diz que para se **criar** uma Agência dois requisitos são necessários: (i) manifestação do respectivo CBH; (ii) **viabilidade financeira assegurada pela cobrança**
- Os Comitês (CEIVAP, São Francisco e Doce) manifestaram-se favoravelmente à renovação da delegação para as suas Agências
- Análise feita pela ANA para a CTIL ressalta que estão **mantidas as condições originais** para a renovação das delegações: (i) desejo manifesto dos CBHs e (ii) a manutenção da Cobrança, nas bacias, com a garantia legal da transferência obrigatória dos recursos para as Agências (Lei 10881/2004). A CTIL **aprovou** as solicitações de renovação

5. Sustentabilidade Financeira

- **Ter Sustentabilidade financeira** significa não gastar mais do que se arrecada, ou gastar somente o que se pode com o que recebe. Manter o custeio equilibrado
- Para isso: reduzir ou reenquadrar **despesas** ou aumentar as **receitas** ou as três coisas ao mesmo tempo (não há quadro de insolvência hoje)
- As EDs reduziram custos, a Resolução ANA 2018/14 permitiu o reenquadramento de despesas, além disso, a ANA fez repasses adicionais. **Falta aumentar as receitas (↑ \$)**
- De acordo com a Lei, as despesas de custeio não podem passar de 7,5% do total arrecadado (7,5% de quanto ???) ex: **potencial de arrecadação** do São Francisco é de R\$ 44 milhões **só União e MG ?**

6. Desafios

- ✓ Manter o ritmo de aceleração do desembolso dos recursos arrecadados
- ✓ Maior alavancagem de recursos financeiros de outras fontes
- ✓ Acesso dos entes privados com fins lucrativos (financiamento x fundo perdido)
- ✓ Universalização da cobrança nos diferentes domínios
- ✓ Utilização da cobrança pelo uso de recursos hídricos também como instrumento de gestão da demanda em bacias críticas (mais foco no inciso II do art. 19 da Lei nº 9.433/97)
- ✓ Adequação dos valores (ao redor de R\$ 0,01/m³) e mecanismo de atualização

Isso tudo contribui para o aumento de receita

7. Sugestões

- ✓ Nova geração de contratos de gestão está orientada para estimular uma maior eficiência no desembolso dos recursos. Continuar com o bom planejamento para gastar e introduzir **bonificações por desempenho nos novos CGs**
- ✓ Delegatárias podem e devem **buscar outras fontes** de recursos – IBIO está fazendo isso
- ✓ Estados precisam participar mais do processo de financiamento da gestão agilizando a **cobrança** em seus **domínios**
- ✓ CNRH deveria se debruçar mais em questões importantes como o **acesso do privado** e estabelecer regulamentos para a **atualização dos valores cobrados** para garantir manutenção do poder de investimento e custeio dos recursos arrecadados

Obrigado!

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

cscob@ana.gov.br | (+55) (61) 2109-5226

www.ana.gov.br



www.twitter.com/anagovbr



facebook

www.facebook.com/anagovbr



You Tube

www.youtube.com/anagovbr